



V Jornada Brasileira de Sociologia

Desafios, dilemas e oportunidades nas sociedades democráticas

Novembro, 2017, Pelotas/RS

GT 04 – Ambiente, desenvolvimento e novas ruralidades

Mediação social e agroecologia: relações entre agricultores, técnicos e dirigentes no Sul do Brasil



Mediação social e agroecologia: relações entre agricultores, técnicos e dirigentes no Sul do Brasil

Cristina Bremm¹

Everton Lazzaretti Picolotto²

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações de mediação entre agricultores ecologistas, dirigentes e técnicos ligados ao Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia situado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, o texto está dividido em cinco seções: a introdução e alguns esclarecimentos sobre os agentes da pesquisa e a metodologia empregada; a segunda seção contendo uma breve discussão sobre a agroecologia, seus princípios e a relação entre agricultores e técnicos segundo as perspectivas de Altieri, Caporal, Costabeber, Sevilla-Guzmán, Leff e Rosset; seguida da abordagem de Bourdieu, Neves e Cowan Ros sobre o tema da mediação social e do trabalho realizado pelos mediadores; na quarta seção são discutidas as relações de mediação entre agricultores ecologistas e técnicos do Núcleo Missões a partir dos dados levantados por meio das atas de reuniões do núcleo, da observação participante em reuniões, nas atividades nas propriedades dos agricultores e em palestras nas comunidades, e por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com agricultores, técnicos e dirigentes ligados ao Núcleo. Na quinta seção são apresentadas as considerações acerca do caso em estudo e retomada a relação com a teoria sociológica geral. Os dados preliminares da pesquisa revelam que as relações entre técnicos, dirigentes e agricultores ecologistas não são horizontalizadas e que a dimensão do controle está presente.

Palavras-chave: Agroecologia; Mediação Social; Controle; Rede Ecovida de Agroecologia.

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pesquisa financiada pela CAPES. bremmcristina@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria. everton.picolotto@ufsm.br

1. INTRODUÇÃO

A agricultura alternativa³ surge primeiramente na Europa, aproximadamente entre as décadas de 1920 e 1950, em uma gama de movimentos contestatórios à política e ao modelo de produção e consumo industrial (BRANDENBURG, 2002). Surge antes da chamada Revolução Verde⁴ ser difundida pelos governos dos países centrais e incentivada a produção agrícola com a adoção de seu respectivo “pacote tecnológico”: sementes certificadas pela indústria, adubos químicos, agrotóxicos, pesticidas, corretivos de solo, tratores, colheitadeiras, máquinas e equipamentos agrícolas, assistência técnica e crédito rural (BRUM, 1988).

No Brasil, a agricultura alternativa emerge na década de 1970 como movimento socialmente organizado. Isso ocorre no contexto da redemocratização do país e de emergência de novos atores no campo, momento também de contraposição de grupos de agricultores familiares e agricultores sem terras ligados aos movimentos sociais rurais às políticas agrícola e agrária excludentes. Esses agricultores contestam a racionalidade econômica e instrumental dominante no agronegócio e a modernização técnica que culminou com a adequação da agricultura ao mercado e sua extensão para zonas mais vastas de produção de *commodities* exportáveis, em detrimento da produção familiar para o consumo e para a venda nos mercados locais (PALMEIRA, 1989; WANDERLEY, 2003; DOMINGUES, 2004; DELGADO, 2005).

Nesse período é conformado e estabelecido um modelo dominante⁵ de ciência e tecnologia agrônômica moderna por meio da adoção de metodologias persuasivas que encaravam o agricultor como receptáculo de conhecimentos (FONSECA, 1985; CAPORAL, RAMOS, 2006). Assim, os agricultores se tornam objeto das ações diretivas implementadas por agências como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER)⁶, representada em nível estadual pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Essas agências atuavam na realização de visitas às propriedades dos agricultores, reuniões, dias de campo e unidades demonstrativas de produção como forma de convencê-los a adotar as tecnologias modernas (CAPORAL, RAMOS, 2006).

³ Atualmente conhecida sob várias denominações que variam conforme os locais e os agentes envolvidos: agricultura ecológica, orgânica, biodinâmica, biológica, natural, permacultura, agroecologia.

⁴ A referência a uma Revolução Verde foi resultado da ofensiva dirigida pelos governantes dos países capitalistas à expansão de uma Revolução Vermelha pelo mundo (o avanço do socialismo). A Revolução Verde tinha por objetivo modernizar a agricultura, subordinando-a à indústria, e difundir o capitalismo pelo mundo.

⁵ O modelo difusionista-inovador de extensão rural foi amplamente disseminado no Brasil a partir de 1948. Os objetivos de trabalho dos técnicos e agrônomos consistiam em maximizar a produção e a produtividade visando os ganhos econômicos, sem considerar os conhecimentos e saberes tácitos dos agricultores sobre os cultivos. Segundo Wanderley (2003), os camponeses eram considerados tradicionais e desfavoráveis ao progresso.

⁶ A Embrater foi extinta pelo governo federal em 1990. Permanecem em funcionamento apenas as Emater estaduais que buscam fundos para sua manutenção junto aos governos estaduais e às prefeituras municipais.

É nesse contexto de modernização e mecanização agrícola que grupos de agricultores familiares excluídos ou em vias de exclusão iniciaram o processo de retomada de práticas e conhecimentos socioambientais próprios de seus antepassados camponeses (BRANDENBURG, 2002). Nesse movimento contam com o incentivo da Igreja Católica, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, ONGs e de militantes ambientalistas engajados na defesa da prática agrícola sem o uso de agrotóxicos (PALMEIRA, 1989; DELGADO, 2005; MARQUES, SCHMITT, OLIVEIRA, 2016). Esses fatores, somados à preocupação com a saúde do grupo familiar e à preservação do meio-ambiente, impulsionam a formação dos primeiros grupos, redes e projetos de produção agroecológica.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar as relações de mediação estabelecidas entre técnicos, dirigentes e agricultores ecologistas ligados ao Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia⁷, situado na região da fronteira noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Desde meados dos anos 2000 estes agentes articulam este Núcleo e se propõem a trabalhar conjuntamente em prol do desenvolvimento da agroecologia na região, como forma de contraponto à agricultura convencional e como perspectiva para a agricultura familiar. Os resultados preliminares da pesquisa de dissertação de mestrado abarcam as negociações e os sentidos que os agentes estabelecem sobre a agroecologia em suas práticas, tendo em vista a heterogeneidade de *habitus*⁸ ligados às trajetórias⁹, coletivas e individuais, e dos capitais que mobilizam. Para a discussão fazemos uso do arcabouço teórico de Altieri, Caporal, Costabeber, Sevilla-Guzmán, Leff e Rosset para compreender alguns princípios e perspectivas da agroecologia, assim como das perspectivas de Bourdieu, Neves e Cowan Ros para compreender as ações dos mediadores sociais em seu trabalho de mediação técnica e política. Os dados empíricos resultam da análise das atas de reuniões do Núcleo Missões, da observação participante realizada em duas reuniões, um dia de formação e palestras, duas visitas nas propriedades dos agricultores para a certificação participativa, e da realização de 6 entrevistas semi-estruturadas com 6 agricultores, 1 técnico e 2 dirigentes ligados ao Núcleo.

⁷ Atualmente a Rede Ecovida é composta por 27 núcleos regionais localizados nos estados do RS, SC e PR, abrangendo cerca de 352 municípios, com aproximadamente 340 grupos de agricultores, 4.500 famílias e 20 ONGs associadas à Rede. Em toda sua área de atuação acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas assim como outras formas de comercialização. Disponível em: <http://ecovida.org.br/sobre/>. Acesso em: 10/10/2017.

⁸ O *habitus* é definido por Bourdieu (2003, p. 125) como um “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores”. O *habitus* é a incorporação do social pelo agente sem excluir a possibilidade de criação de novas estratégias de ação alinhadas à trajetória individual ou coletiva do agente.

⁹ O conceito de trajetória remete aos estados sucessivos do envelhecimento social de um agente situado em um campo ou espaço social e confrontado aos demais agentes que se movem e com ele se relacionam nesse espaço de possibilidades. A trajetória denota o cuidado de não tomar a história de vida do agente como fundamento para lhe atribuir uma identidade constante (estática), visto que ele vive em sociedade, se relaciona e desloca entre diferentes espaços (BOURDIEU, 2006).

2. AGROECOLOGIA: ALGUNS PRINCÍPIOS

Por agroecologia pode-se entender uma pluralidade de significados atribuídos pelos mais diversos agentes e instituições, sendo que muitas vezes falta a estes delimitar claramente à qual sentido do termo estão se referindo: ciência, movimento social ou político, prática agrícola, política pública ou forma de educação (NORDER, LAMINE, BELLON, 2015). Isso se deve ao contexto de surgimento da agroecologia como ciência e a posterior difusão de seus princípios e apropriação pelos movimentos sociais. Tomando essas observações, compreendemos que há uma literatura que trata a agroecologia basicamente como ciência e técnica agrícola alternativa à agronomia convencional e outra que a trata como um movimento social contestatório e de defesa do modo de vida de camponeses, indígenas e agricultores familiares em busca de um desenvolvimento rural sustentável e participativo. No entanto, mesmo com estas divergências, todas as perspectivas atribuem um papel diferenciado para o técnico enquanto mediador quando comparado ao que é atribuído pelo modelo convencional de ciência agrônoma.

Na perspectiva de Altieri (2012) agroecologia é a ciência que busca aplicar conceitos e princípios ecológicos no desenho e planejamento de agroecossistemas sustentáveis. Isso significa dizer que mais que substituir agroquímicos por práticas alternativas, na agroecologia busca-se examinar agroecossistemas complexos, as interações ecológicas, biológicas e sociais que neles se desenvolvem de maneira que os próprios sistemas possam subsidiar a fertilidade do solo, a produtividade, sanidade dos cultivos, adaptação social e cultural para que se tornem diversificados e economicamente viáveis. Dessa maneira, os agroecólogos teriam muito a aprender com os camponeses no desenho e planejamento de sistemas agrícolas sustentáveis.

Essa mesma concepção de agroecologia como ciência é defendida por Caporal e Costabeber (2004) e Caporal e Azevedo (2011) ao afirmarem que a agroecologia não representa um modelo de agricultura que segue técnicas de produção específicas porque propõem a construção de estilos de agriculturas ecológicas, a médio e a longo prazo, com foco nos agroecossistemas locais e regionais. Os agricultores são tomados como agentes importantes do processo havendo a necessidade do uso de metodologias de trabalho mais horizontais entre técnicos e agricultores ressignificando o papel atribuído ao agrônomo na extensão rural convencional.

A crítica de Sevilla Guzmán (2000, 2002) a este respeito é sobre uma concepção de agroecologia empregada isoladamente como ciência, técnica agrícola ou metodologia de investigação da propriedade sem relevar as variáveis sociais e buscar soluções globais que

ultrapassem a dinâmica da propriedade. O autor defende a importância de uma perspectiva metodológica dialética e participativa que implica a ruptura com o procedimento científico convencional e as relações de poder que esse estabelece ao assumir a dicotomia entre a “posição do **pesquisador-sujeito-que-sabe**, frente ao **pesquisado-objeto-que-ignora**” (SEVILLA GUZMÁN, 2002, p. 26, grifo do autor). Por meio da pesquisa-ação participativa e da metodologia dialética em agroecologia os técnicos e agrônomos buscariam intervir e articular-se com os agricultores aliando seu conhecimento sistêmico dos processos biológicos à história da propriedade através do resgate dos conhecimentos locais dos agricultores. Assim, a agroecologia surge como um movimento social de recampezinação que é acompanhado pela evolução de um pensamento científico alternativo e crítico ao pensamento científico convencional. Portanto, seria uma fusão entre a “empíria camponesa” e a “teoria agroecológica” (SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Seguindo um enfoque semelhante ao de Sevilla Guzmán, Leff (2002) defende agroecologia como uma maneira de resistência de populações camponesas e indígenas à homogeneização e descaracterização que a agricultura convencional exerce sobre a natureza e a cultura das populações rurais. Representa um olhar agroecossistêmico que busca aliar elementos da ciência agrícola moderna com práticas próprias da racionalidade agrícola camponesa, assentada sobre conhecimentos tradicionais. Essa articulação visa à reprodução ecológica e cultural do agroecossistema e do território e está baseada em uma cosmovisão distinta da do agronegócio, fortemente assentado no ganho econômico. Assim, a produção interdisciplinar de conhecimentos em agroecologia se concretiza quando os conhecimentos científicos são apropriados e aplicados pelos agricultores que os fundem com seus saberes e práticas com o objetivo de se reapropriarem coletivamente da natureza e lutar por uma democracia direta e participativa.

Acompanhando esta linha de pensamento que trata agroecologia como movimento social de resistência, Rosset (2017) observa o aumento do intercâmbio e as trocas de experiências entre agricultores e defende a possibilidade de massificação e territorialização dessa agroecologia a partir da produção praticada por várias famílias em vastos territórios. Isso seria possível por meio da metodologia “Camponês a Camponês”, desenvolvida com o objetivo da promoção horizontal dos processos de agroecologia, onde camponeses e agricultores mais experientes promovem processos agroecológicos e atuam como mestres junto aos demais na resolução de seus problemas. Os técnicos atuam como coordenadores e facilitadores do processo de intercâmbio ao colocar em contato agricultores de diferentes regiões que não se conhecem e que trabalham com os mesmos cultivos e sistemas.

3. MEDIAÇÃO SOCIAL EM PROCESSOS DE AGROECOLOGIA

Dando sequência à discussão sobre a defesa de uma assistência técnica mais horizontalizada dentro do movimento agroecológico cabe analisar se ela é possível frente a atuação dos mediadores sociais. Assim, tomamos a perspectiva de Bourdieu (1989, 2004) que descreve a relação de representação política como uma relação de circularidade e poder na qual os mandantes delegam seu poder de ação e atuação para um corpo de profissionais formados para atuar segundo as regras do jogo político com base na crença e no reconhecimento de que os representantes possuem capital político e simbólico¹⁰ para representar seus mandantes. Quanto mais despossuídos forem os mandantes, de tempo livre e de capital cultural, menos eles questionam a concentração de poder nas mãos dos mandatários porque deles necessitam para se fazerem ouvidos e representados.

Nesta relação circular o mandatário se torna porta-voz, é autorizado e reconhecido a falar pelo grupo e em nome do grupo, também se autorizando ele mesmo a fazê-lo, à medida que defende os seus interesses como se fossem os do grupo ao qual se propõem representar. O fato de acreditar em seu trabalho desmistifica a crença de que o mandatário age cinicamente visando apenas os seus interesses individuais, dado o fato de que está agindo conforme o *habitus* próprio à sua posição no espaço social enquanto mediador (BOURDIEU, 1989, 2004). Quando a separação de mundos é fundada em saberes constituídos particularmente, como no caso das ciências agrônômicas¹¹ e do acesso às políticas públicas, o mediador entra em ação para interconectar universos sociais distintos nos quais correspondências são desejadas para conciliar o pluralismo cultural. Então, espaços de conciliação e de negociação são criados para incorporar a população e reduzir a desigualdade de direitos ou de acesso aos bens coletivos. Analisar a construção da ordem social pela perspectiva das mediações implica em não tomá-la como ordem perfeita, transparente e pacífica (NEVES, 2008).

Além disso, a perspectiva das mediações não toma a ordem social como estática atribuindo a agricultores e mediadores os papéis de dominados e dominantes. Ao contrário, o ato de mediar possibilita recuperar a agência dos atores enquanto produtores do mundo inseridos em um contexto social, histórico e institucional específico, aliando, assim, aspectos estruturais com a subjetividade dos agentes (NUSSBAUMER, COWAN ROS, 2011). Mesmo

¹⁰ O poder simbólico é o poder de construção da realidade social pelo estabelecimento de uma ordem de sentido e concordância entre os agentes. Ele só é exercido com a cumplicidade dos sujeitos ao ignorar que o exercem ou que a ele estão submetidos porque se define nas relações estabelecidas, não sendo inerente aos objetos possuídos (BOURDIEU, 1989).

¹¹ Nesta pesquisa optou-se por denominar como “técnicos” todos os agentes formados em alguma área relacionada às ciências agrárias: bacharéis em agronomia, técnicos agrícolas e agropecuários, tecnólogos em desenvolvimento rural.

que os mediadores disponham de capitais específicos e de uma inserção privilegiada em certos espaços o posicionamento dos agentes na estrutura das relações de poder é variável porque está sujeito ao reconhecimento (BOURDIEU, 1989) e porque os mediados podem assimilar crenças, regras e costumes típicos dos seus representantes (NEVES, 2008; COWAN ROS, 2008).

Segundo Nussbaumer e Cowan Ros (2011), um dos fatores que explica a reprodução dos mediadores, e a dependência que os mediados têm deles, é a necessidade de saberes técnicos. Ocorre que o papel dos mediadores ultrapassa a aplicação de leis, normas e regulamentos institucionais abrangendo a articulação, por um terceiro, entre duas partes incapazes de estabelecer uma relação imediata; a articulação e tradução de significados para o espaço onde estão situados os usuários e beneficiários das políticas públicas e da ação de mediação; e o relacionamento recíproco entre as três partes na criação de novos projetos e demandas. Os mediadores constroem os usuários e beneficiários das políticas públicas que são elevados à condição de mediados e que, assim, conseguem construir expectativas e resistências para agir sobre as instituições públicas (NEVES, 2008).

Porém, mesmo articulando mundos diferenciados, os agentes de desenvolvimento não atuam meramente como elos de ligação porque em sua ação de intervenção constroem as representações sobre os mundos que mediam e sobre as relações que possibilitam essa interligação. Dessa forma, operam a reconstrução de sentidos e produzem crenças coletivas que possibilitam a participação diferenciada das partes no projeto de mudança (NEVES, 2008). Nesse sentido, cabe observar que a ação de mediação social não significa chegar a um acordo em uma negociação como correntemente é tido no senso comum. Mais que facilitar a resolução de conflitos, o mediador os administra (NUSSBAUMER, COWAN ROS, 2011).

Entendemos que um fomentador de diferenças e desacordos entre agricultores ecologistas, técnicos e dirigentes pode ser visualizado nos *habitus* em acordo com as trajetórias distintas de ambos os agentes. O estudo de Cowan Ros (2008) sobre a mediação social envolvendo famílias camponesas argentinas revela conflitos quando o interesse dos técnicos ultrapassa a resolução de problemas produtivos e de infraestrutura comunitária para abarcar mudanças sociais e culturais que envolvem a adoção de novos valores e maneiras de se relacionar com os mediadores tradicionais (políticos, religiosos e comerciantes). Atritos e contestação por parte dos agricultores também são observados quando a ação de mediação social envolve o favorecimento de alguns mediados e a criação de laços afetivos que resultam em menos exigências de controle e cumprimento dos acordos estabelecidos.

4. O CASO DO NÚCLEO MISSÕES DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

No caso desta pesquisa, os mediadores são profissionais que atuam através da dominação formal-legal e que vivem da mediação. São funcionários públicos de empresas estatais, como a Emater/RS-Ascar ou vinculados ao terceiro setor, como no caso da Ong AREDE que integra e coordena o Núcleo Missões. Eles se mostram necessários aos agricultores ecologistas pela capacidade de criar e submeter propostas de desenvolvimento às agências estaduais e federais, angariar fundos para estes projetos e para a realização da assistência técnica, representar o grupo em instâncias estaduais e nacionais e articular parcerias com outros grupos de agricultores que desenvolvem experiências semelhantes.

O reconhecimento e o crédito depositado a esses mediadores fortalece seu capital simbólico, permite falarem em nome do grupo enquanto o representam e defender as suas ideias como se fossem as dos representados. Esse poder aumenta à medida que os mediadores mobilizam um maior número de agricultores e diminui à medida que é retirado o reconhecimento a eles atribuído. Essa situação é visualizada na fala de um agricultor, que integra um dos primeiros grupos de produtores formados dentro do Núcleo Missões, que afirmou que a chegada de certo dirigente à região e a formação de uma parceria com determinado técnico da Emater foi um divisor de águas para que o processo de certificação e consolidação do Núcleo deslanchasse. Dessa forma, os técnicos e dirigentes são avaliados pelos agricultores nas capacidades de liderar pessoas e resolver processos administrativos.

Contudo, a relação de mediação entre agricultores ecologistas, técnicos e dirigentes não é uma relação horizontalizada. Há contextos e situações em que os técnicos e dirigentes demonstram maior segurança e desenvoltura devido ao *habitus* da mediação e aos capitais culturais e simbólicos que possuem. Como no caso da condução das visitas de certificação participativa, das assembleias gerais que reúnem todos os grupos de agricultores do Núcleo e das oficinas de produção ecológica e processamento de alimentos. Nesses espaços os agricultores participam das atividades, fazem perguntas, mas raramente tomam a frente para propor modelos novos de interação. A diferença de *habitus* entre os agricultores e dirigentes é clara na assembleia. Nela os agricultores representantes de cada grupo de produção timidamente se colocaram à frente do grande grupo para relatar como anda a produção ecológica e o cumprimento das atividades exigidas pela Rede Ecovida¹². Alguns

¹² Realizar reuniões bimestrais ou trimestrais nas propriedades, registrá-las em ata e preencher a documentação referente ao plano de manejo das propriedades são alguns dos requisitos a ser cumpridos para se associar à Rede Ecovida de Agroecologia e desfrutar do processo de certificação realizado via sistema participativo de garantia (SPG).

demonstraram notável constrangimento ao reconhecer atrasos e descumprimentos, outros se referiram apenas às atividades que realizaram e certos agricultores afirmaram que estão “controlando” seu grupo de produção. Algumas falas foram feitas em tom de voz quase inaudível, como se os agricultores não quisessem se expor à avaliação.

A situação acima relatada demonstra o incômodo de alguns agricultores que não possuem as habilidades da oratória e da fala em público próprias do *habitus* dos mediadores. Essa atividade foi realizada no início da assembleia sendo que cada um dos onze representantes teve 2 minutos de fala que foram controlados pelos dirigentes. Mas, a dimensão do controle não aparece somente no ritmo das atividades e na sua realização. De certa forma ela é incorporada pelos agricultores que passam a monitorar seus pares em relação ao uso de agrotóxicos e insumos químicos não aceitos pela Rede Ecovida. E também porque todo o grupo pode ser penalizado e excluído da Rede, uma vez que esteja ciente de irregulares e seja omissos, havendo uma inspeção dos técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) que aponte o uso de agrotóxicos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados preliminares demonstram que até certo ponto agricultores, técnicos e dirigentes buscam atingir um objetivo comum: a transformação social através da agroecologia. Nesse processo, os agricultores são reclassificados conforme os enquadramentos normativos e são ofertados a eles espaços de incorporação de novos saberes e disciplinas, de tradução e reconhecimento do sentido dos recursos materiais e imateriais, como pode ser visto nos cursos e oficinas sobre práticas de agroecologia, palestras e viagens para conhecer experiências agroecológicas. De modo que o trabalho dos mediadores não deixa de influenciar as visões de mundo dos agricultores (NEVES, 2008), o que pode ser compreendido em termos de um poder simbólico (BOURDIEU, 1989). Além disso, as formas de ser e agir dos agricultores ecologistas são constantemente avaliadas por eles mesmos, pelos técnicos e dirigentes. Os dirigentes reagem à falta de comprometimento dos agricultores lembrando-os de que a continuidade de sua associação ao Núcleo Missões depende do cumprimento das atividades que são avaliadas pela direção geral da Rede Ecovida de Agroecologia. Os próprios agricultores incorporam a dimensão do controle utilizando-se desse linguajar durante as reuniões e assembleias.

Por fim, entendemos que a relação de mediação entre os agentes não é horizontal havendo sempre um jogo em busca do equilíbrio. Os mediadores costumam incentivar e

encorajar os agricultores a se apropriarem de técnicas de produção ecológicas. Ocorrem trocas de experiências entre os agricultores durante as visitas de certificação participativa, sendo que os técnicos também aprendem sobre a utilização de certas plantas com os agricultores. Por isso, pode-se dizer que a metodologia “Camponês a Camponês” (ROSSET, 2017) não elimina a interação com os técnicos que continuam desempenhando o papel de mediadores entre a academia, os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo camponês. Mas, à medida que os agricultores trocam experiências entre seus pares e incorporam os conhecimentos técnicos necessários, trazidos pelos agrônomos, eles adquirem grande autonomia para decidir sobre os cultivos e resolver problemas.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo/Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012.
- BOURDIEU, P. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989, p. 163-207.
- _____. Algumas propriedades dos campos. In: **Questões de sociologia**. Lisboa: Fim de século, 2003, p. 119-126.
- _____. A delegação e o fetichismo político. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 188-206.
- _____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. ; FERREIRA, M. de M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 6. p. 11-28, jul./dez. 2002.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis/Ijuí: Vozes/Fidene, 1988.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, set. 2006, p. 01-23. Disponível em: <http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>. Acesso em: 15/05/2017.
- COWAN ROS, C. Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina. In: NEVES, D. P. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p. 99-128.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, p. 51-90.

DOMINGUES, J. M. A dialética de modernização conservadora e a nova história do Brasil. In: **Ensaio de Sociologia: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004, p. 187-208.

FONSECA, M. T. L. da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002, p. 36-51.

MARQUES, F. C.; SCHMITT, C. J.; OLIVEIRA, D. Construindo agências e associações nas redes de agroecologia. Uma reflexão sobre práticas e dinâmicas de interação na Serra Gaúcha e na Zona da Mata Mineira. In: **Anais do 7º Encontro da Rede de Estudos Rurais**, Natal, 2016.

NEVES, D. P. Mediação social e mediadores políticos. In: _____(Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p. 21-44.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. In: BRANDENBURG, A.; BILLAUD, J.; LAMINE, C. (Orgs.). **Redes de agroecologias: experiências no Brasil e na França**. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

NUSSBAUMER, B.; COWAN ROS, C. Trayectoria conceptual de la mediación social: expedicionarios, patrones, políticos y profesionales técnicos en la interconexión y producción de mundos de significados. In: _____ (Orgs.) **Mediadores sociales: en la producción de prácticas y sentidos de la política pública**. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2011, p. 17-68.

PALMEIRA, M. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 03, n. 07, p. 87-108, set./dez. 1989.

ROSSET, P. A territorialização da agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. RIBEIRO *et al* (Orgs.). **Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2017, p. 83-92.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América. In: **XI Curso Intensivo em Agroecologia: Princípios y Técnicas Ecológicas Aplicadas a la Agricultura**. Rosario, 2000.

_____. A perspectiva sociológica em agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, jan./mar. 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, outubro, 2003: 42-61.